



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

ATA DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL REFERENTE
TOMADA DE PREÇO Nº 59/2017 PMN

Aos 27 dias de abril de 2017, às 11h30min, reuniu-se a comissão de licitação, designados pela Portaria número 506 de 27 de janeiro de 2017, com intuito de analisar e julgar a impugnação ao Edital da Tomada de Preço nº 59/2017 PMN, cujo **OBJETO: TOMADA DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUOS DE ASSESSORIA TÉCNICA EM ORIENTAÇÃO NOS ENCAMINHAMENTOS DE PROJETOS E PROCESSOS NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL JUNTO AOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS FEDERAIS, ORGANISMOS INTERNACIONAIS E EMBAIXADAS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.** Protocolado pela empresa **DINAMIKA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA – CNPJ: 07.458.981/0001-64.**

PRELIMINARMENTE

A comissão ao receber a Impugnação ao Edital, verificou que a mesma foi protocolada tempestivamente e na forma prevista em lei, decidindo, portanto, recebê-la, passando a analisá-la, conforme fundamenta o artigo 41, § 2º da Lei 8.666/93, que traz a seguinte redação:

:

“Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preço ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciaram esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.”

DA IMPUGNAÇÃO:

Menciona a empresa que no presente edital não devem ser exigidos os itens 5.4.2, 5.4.3 e 5.4.4, pois os mesmo são descabidos e desnecessários.



Primeiramente por não se tratar de serviços de assessoria administrativa ou assessoria jurídica. Também porque o Atestado de Capacidade Técnica supre a necessidade de apresentação do Certificado de Utilização do SICONV. E em relação à sede ou escritório em Brasília, tal exigência é ilegal visto previsão legal que impossibilita esta exigência.

1 - DO PEDIDO:

Em síntese, manifesta-se a empresa, requerendo a exclusão dos itens mencionados e a republicação do edital retificado.

2- DA DECISÃO:

Diante do exposto, a comissão enviou a impugnação para parecer da secretaria solicitante, Secretaria de Governo do município de Navegantes, esta enviou seu parecer, que segue em anexo.

Diante do que foi exposto pela Secretaria, a comissão analisou a presente impugnação decidiu por aceitar em parte a mesma, conforme a seguir exposto:

Diante da impugnação apresentada será retirada a exigência do item 5.4.2, visto tal exigência não ser necessária para a realização do serviço.

O item 5.4.3 fica mantido em sua íntegra, conforme fundamento da secretaria solicitante.

O item 5.4.4 fica alterado somente a necessidade de o escritório ser próximo a Esplanada dos Ministérios, porém, mantida a necessidade do mesmo ser na cidade de Brasília., também conforme fundamento da secretaria solicitante.

Importante citar que a exigência de que o licitante utilize instalação própria ou em local determinado pode restringir o caráter competitivo da licitação, salvo quando for devidamente justificada a influência que possa ter esse fato na qualidade dos serviços a serem prestados, e conforme visto, é essencial a localização do escritório em Brasília.

h



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

Pelo exposto, decide-se pela procedência parcial da impugnação apresentada pela licitante, abrindo-se novo prazo após a publicação do edital retificado.

- PUBLIQUE-SE.

É a decisão.

Navegantes, 27 de abril de 2017.

Presidente: Leila Mengarda

Membros:

Ellinton Pedro de Souza

Roberto Miguel Celezinski

Josezite dos Santos

Fernanda Hassmann Constâncio



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA DE GOVERNO

CI SecGov nº 269/2017.

Navegantes, 26 de abril de 2017.

Ilma.

Srta. Fernanda Hassmann

Diretora de Compras

A Secretaria de governo apresenta resposta para o pedido de impugnação ao edital nº 59/2017 PMN, apresentado pela empresa Artur Antunes Pereira.

Item 5.4.2 – A Secretaria de Governo concorda em retirar a referida exigência do Edital.

Item 5.4.3 – Esta exigência não poderá ser retirada do Edital pelos seguintes motivos:

- Todos os Convênios Federais são Gerenciados através do SICONV. O objetivo da referida contratação é exatamente Assessoria Técnica especializada na Área de Orientação de Projetos e acompanhamento de Processos junto aos Órgãos Federais. Se a empresa não possuir em seus quadros funcionários com vasto conhecimento na utilização do Sistema SICONV não poderá oferecer a assessoria que o Município necessita.

- A empresa vencedora deverá prestar a Prefeitura orientação no cadastramento das propostas no Portal de Convênios do Governo Federal – SICONV. Como orientar sem profissional com conhecimento e experiência no SICONV.

- Outro objetivo da contratação é o acompanhamento da tramitação das propostas no SICONV. Mais uma vez fica claro a necessidade de profissional com experiência em SICONV para atender o Município.

- Através do SICONV é realizado gerenciamento dos prazos, monitoramento de contratos e convênios, acompanhamento de processos de prestação de contas.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA DE GOVERNO

A empresa contratada deverá prestar todos esses serviços ao Município. Portanto, deverá ter em seu quadro profissional com conhecimento e experiência no SICONV.

Item 5.4.4 – Neste item sugerimos uma modificação. A exigência de escritório em Brasília deverá ser mantida. Excluimos a exigência que este escritório seja próximo da Esplanada dos Ministérios.

Em relação a exigência do escritório em Brasília apresentamos as seguintes justificativas para o item:

- Os objetivos da Contratação são acompanhamento da tramitação dos projetos em Brasília, protocolo de documentos junto aos Órgãos Federais na Capital do País, acompanhamento das emendas dos deputados federais e senadores. Para desenvolver todas essas funções a empresa necessitará de um escritório com estrutura na Capital Federal para atender todos estes objetivos.

- A empresa contratada deverá organizar e acompanhar as audiências do Prefeito em Brasília, inclusive disponibilizando infraestrutura apropriada para reuniões de gestores municipais na Capital Federal. Sem um escritório em Brasília a contratada não poderá oferecer as condições que o município necessita para realização do trabalho.

- Por último deixamos claro que o acompanhamento dos projetos, contratos, convênios e prestação de contas junto aos órgãos Federais é um trabalho contínuo. Portanto não haveria viabilidade econômica dentro da proposta do contrato para uma empresa se a mesma tivesse que deslocar seus funcionários continuamente a Brasília para realizar os serviços que o Município necessita.

Atenciosamente,

CASSIANO RICARDO WEISS

Secretário de Governo